

# O Consenso da Fome no Brasil: a relação intrínseca entre commodities, logística e insegurança alimentar

The Hunger Consensus in Brazil: the intrinsic relationship between commodities, logistics, and food insecurity

El Consenso del Hambre en Brasil: la relación intrínseca entre commodities, logística e inseguridad alimentaria

## | RESUMO

Este artigo apresenta o conceito de "Consenso da Fome" como proposição analítica para compreender a persistência da insegurança alimentar no Brasil, mesmo diante de recordes de produção agrícola. O objetivo é analisar a relação intrínseca entre a produção, a circulação e o consumo de alimentos no Brasil, demonstrando como a priorização da produção para exportação e da infraestrutura logística voltada ao agronegócio contribui para a manutenção estrutural da fome. Os procedimentos metodológicos consistiram em pesquisa bibliográfica e levantamento de dados secundários junto ao IBGE, CONAB e Rede Penssan. Os resultados evidenciam que a fome se configura como um projeto político-ideológico em um país de abundâncias. O estudo revela como o sistema alimentar hegemônico, controlado por grandes corporações, promove a padronização alimentar e subordina a agricultura camponesa aos circuitos longos de comercialização. Conclui-se que a superação do Consenso da Fome requer a construção de políticas públicas emancipatórias que priorizem a soberania alimentar e a transformação estrutural do sistema alimentar brasileiro por meio dos circuitos curtos de comercialização, visando minimizar os efeitos das mudanças climáticas na produção de alimentos.

**Palavras-chave:** Soberania Alimentar; Sistema Alimentar; Circuitos Curtos; Segurança Alimentar; Políticas Públicas.

### AUTORES

Ângela Maria Martins Peixoto\*  
Adriano Rodrigues de Oliveira\*\*

### FILIAÇÃO INSTITUCIONAL

\*Secretaria de Estado da  
Educação de Santa Catarina  
\*\*Universidade Federal de Goiás

### EMAIL

angelamgeo@gmail.com  
adriano.oliveira@ufg.br

**DATA DE SUBMISSÃO:** 01/12/25

**DATA DE APROVAÇÃO:** 10/04/2026



ISSN 2316-4360

## | ABSTRACT

This article introduces the concept of the "Hunger Consensus" as an analytical proposition to understand the persistence of food insecurity in Brazil, even amidst record agricultural production. Therefore, the main objective in this paper is to analyze the intrinsic connection between the production, circulation, and consumption of food in Brazil, demonstrating how the prioritization of production for export and the logistical infrastructure geared toward agribusiness contribute to the structural maintenance of hunger. The methodological procedures consisted of bibliographic research and the collection of secondary data from IBGE, CONAB, and the Pennsan Network. The results evidence that hunger is framed as a political-ideological project in a country of plenty. The study elucidates how the hegemonic food system, controlled by large corporations, promotes food standardization and subordinates peasant farming to long marketing circuits. Ultimately, overcoming the Hunger Consensus requires the construction of emancipatory public policies that prioritize food sovereignty and the structural transformation of the Brazilian food system through short marketing circuits, aiming to minimize the effects of climate change on food production.

**Keywords:** Food Sovereignty; Food System; Short Circuits; Food Security; Public Policies

## | RESUMEN

Este artículo presenta el concepto de "Consenso del Hambre" como propuesta analítica para comprender la persistencia de la inseguridad alimentaria en Brasil, incluso en contextos récord de producción agrícola. El objetivo es analizar la relación intrínseca entre la producción, la circulación y el consumo de alimentos en Brasil, demostrando cómo la orientación de la producción para la exportación y las infraestructuras logísticas orientadas al agronegocio contribuyen con el mantenimiento estructural del hambre. Los procedimientos metodológicos consistieron en investigación bibliográfica y recopilación de datos secundarios del IBGE, CONAB y la Red Pennsan. Los resultados evidencian que el hambre se configura como un proyecto político-ideológico en un país de abundancias. El estudio revela cómo el sistema alimentario hegemónico, controlado por grandes corporaciones, promueve la estandarización alimentaria y subordina la agricultura campesina a los circuitos largos de comercialización. Se concluye que la superación del "Consenso del Hambre" requiere la construcción de políticas públicas emancipadoras que prioricen la soberanía alimentaria y la transformación estructural del sistema alimentario brasileño a través de los circuitos cortos de comercialización, con el objetivo de minimizar los efectos del cambio climático en la producción de alimentos.

**Palabras Clave:** Soberanía Alimentaria; Sistema Alimentario; Circuitos Cortos; Seguridad Alimentaria; Políticas Públicas.

## INTRODUÇÃO

O Brasil vivenciou um paradoxo histórico ao retornar ao Mapa da Fome da ONU em 2020, mesmo sendo um dos maiores produtores mundiais de *commodities* agrícolas. Seis anos depois de ter saído do Mapa da Fome, 33,1 milhões de brasileiros e brasileiras voltaram a conviver com a fome diariamente em 2022, segundo o II Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 (Rede Penssan, 2022).

O Relatório "O Estado da Segurança Alimentar e Nutricional no Mundo 2025", produzido pela FAO (Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura) indica que o país voltou a sair do Mapa da Fome, apresentando um percentual inferior a 2,5% da população em risco de subnutrição. Contudo, a segurança alimentar permanece como problema estrutural, agravado pelas mudanças climáticas que afetam desproporcionalmente a agricultura camponesa e as comunidades tradicionais. Esses grupos historicamente resistem ao modelo hegemônico de monoculturas que substitui e destrói a diversidade local (Shiva, 2003).

A priorização da exportação de *commodities* compromete as condições de reprodução social e econômica da agricultura camponesa, bem como a biodiversidade local. A especialização produtiva para a exportação tem contribuído para a erosão da diversidade alimentar tradicional – incluindo a perda de variedades de sementes crioulas dos diferentes biomas brasileiros – além da redução do estoque público de alimentos.

Argumenta-se que há uma relação intrínseca entre a produção de *commodities* e a infraestrutura logística que a sustenta, que reverbera no consumo de alimentos. A ascensão das grandes corporações de *commodities* em um sistema alimentar hegemônico, que promoveu a padronização alimentar, o incentivo ao consumo de produtos industrializados, favoreceu a expansão de grandes redes varejistas e o predomínio dos circuitos longos de comercialização, com a subordinação dos agricultores aos impérios alimentares<sup>1</sup> e a diminuição da diversidade alimentar.

A partir desses elementos, ocorreu um aumento gradual da insegurança alimentar e nutricional em todos os níveis. A prevalência da fome constitui um problema recorrente e a sua erradicação parece se contrapor aos interesses das grandes corporações. Ademais, os eventos climáticos extremos têm comprometido sobremaneira a biodiversidade alimentar e a garantia do Direito Humano à Alimentação Adequada, principalmente para as populações vulneráveis.

---

<sup>1</sup> O conceito de Impérios Alimentares foi apresentado por Ploeg (2008) para se referir ao modelo hegemônico de produção de alimentos, constituído por empresas de processamento e de comercialização de alimentos, operando em escala mundial, e personificado na figura de grupos de agronegócio, grandes varejistas, mecanismos estatais, modelos científicos, tecnologias, dentre outros.

Este artigo consiste no esforço teórico e metodológico para desvelar os mecanismos que perpetuam a fome em um país que apresenta recordes de produção agrícola. A proposição do conceito de "Consenso da Fome" oferece nova perspectiva analítica que evidencia a relação intrínseca entre a produção, a circulação e o consumo de alimentos. Defende-se que o Consenso da Fome constitui um problema público estrutural que, diante dos efeitos das mudanças climáticas, representa uma ameaça para a manutenção da soberania alimentar no campo e na cidade.

A originalidade está na articulação teórica entre os conceitos estabelecidos de "Consenso das *Commodities*" (Svampa, 2012) e "Consenso da Logística" (Aguiar, 2021) com a proposição inédita do "Consenso da Fome", porque a soberania alimentar no campo e na cidade ainda é um desafio a ser enfrentado no Brasil diante da permanência da concentração fundiária.

A análise foi fundamentada em metodologia de caráter quali-quantativo e envolveu pesquisa bibliográfica para delimitar teoricamente categorias e conceitos tais como Território, Estado, Política pública, Redes técnicas, Questão agrária, Produção, distribuição, circulação e consumo, Segurança Alimentar e Nutricional, Soberania alimentar e Circuitos-Curtos de Comercialização. O levantamento de dados quantitativos de fonte secundária junto a instituições e órgãos tais como Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística; Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB); Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE); Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), dentre outros. Por meio desse diálogo com a pesquisa quantitativa foi possível obter dados para analisar a produção, a distribuição e o consumo de alimentos, avaliar a implementação das políticas públicas e dos mercados institucionais e investigar a atuação das redes supermercadistas.

### **Redes técnicas e circulação de mercadorias**

A análise da estruturação das redes técnicas no Brasil, revela a prioridade de oferta de infraestruturas para a viabilização do funcionamento das grandes corporações, notadamente para a interiorização do processo de ocupação do território nacional. Isso pode ser evidenciado pelas linhas de transmissão de energia elétrica, e nas redes de transporte. Estas últimas são instrumentos estratégicos que atendem quase prioritariamente as demandas do agronegócio, em contraponto à circulação de pessoas, que é evidentemente subestimada no âmbito das ações do Estado.

Considerando que as redes têm o potencial de conectar, mas também de excluir (Dias, 2000), nota-se que os fluxos de pessoas não desfrutam dos mesmos subsídios que os fluxos de mercadorias, visto que a livre circulação de mercadorias

é de interesse do grande capital, o qual também promove barreiras à circulação das pessoas.

À escala planetária ou nacional, as redes são portadoras de ordem — através delas as grandes corporações se articulam, reduzindo o tempo de circulação em todas as escalas nas quais elas operam; o ponto crucial é a busca de um ritmo, mundial ou nacional, beneficiando-se de escalas gerais de produtividade, de circulação e de trocas. Na escala local, estas mesmas redes são muitas vezes portadoras de desordem — numa velocidade sem precedentes engendram processos de exclusão social, marginalizam centros urbanos que tirava sua força dos laços de proximidade geográfica e alteram mercados de trabalho. (Dias, 2000, p. 154).

Fica delineado o caráter de segregação e exclusão das redes técnicas, controladas pela ação estatal e manipuladas estrategicamente por atores hegemônicos.

Tais elementos expressam o que Aguiar (2021) denominou de “consenso da logística”, que consiste em priorizar uma infraestrutura que viabilize tanto a extração quanto o escoamento das *commodities*. “No caso do Brasil, a logística da soja tem estado no centro da agenda “pública” de infraestrutura nos últimos anos, em detrimento de alternativas com potencial de dinamizar outras economias e formas de viver e produzir.” (Aguiar, 2021, p.6).

Na verdade, o consenso da logística (Aguiar, 2021) é uma consequência do chamado “consenso das *commodities*”, expressão cunhada por Svampa (2012) e que define o contexto no qual a exportação de bens primários e sem valor agregado torna-se hegemônica na América Latina. Portanto,

En el último decenio, América Latina realizó el pasaje del Consenso de Washington, asentado sobre la valorización financiera, al Consenso de los commodities, basado en la exportación de bienes primarios a gran escala. Ciertamente, si bien la explotación y exportación de bienes naturales no son actividades nuevas en la región, resulta claro que en los últimos años del siglo XX y en un contexto de cambio del modelo de acumulación, se ha venido intensificando la expansión de proyectos tendientes al control, extracción y exportación de bienes naturales, sin mayor valor agregado. (Svampa, 2012, p.16).

O processo de reprimarização da economia<sup>2</sup>, que corresponde a um fenômeno em que ocorre um incremento da exportação de produtos primários em relação aos produtos industrializados – depende de uma infraestrutura logística. A esse respeito, Aguiar (2021) pondera que desde o momento da redemocratização, os programas e projetos de infraestrutura de integração regional e nacional estão

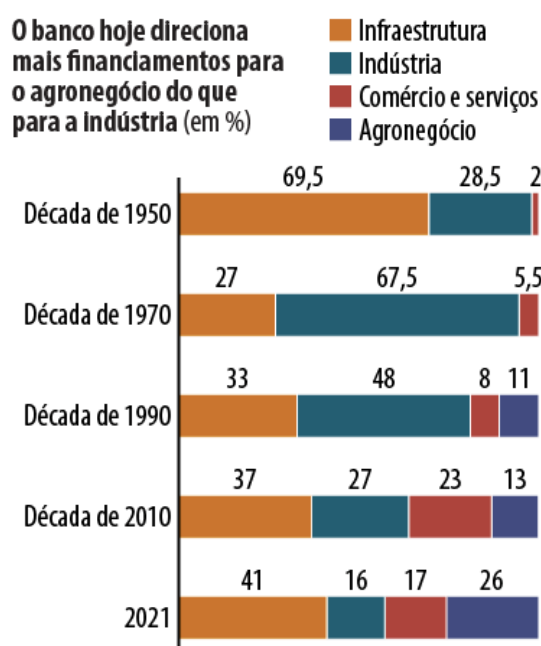
---

<sup>2</sup> Para aprofundar o debate sobre a reprimarização das exportações brasileiras, consulte: 1) GONÇALVES, José Sidnei. *Reprimarização ou Desindustrialização da Economia Brasileira: uma leitura a partir das exportações para o período 1997-2010*, Instituto de Economia Agrícola, São Paulo, v. 6, n. 12, 2011; 2) LAMOSO, Lisandra Pereira. *Reprimarização no Território Brasileiro*. In: *Espaço e Economia*, n. 19, 2020. Disponível em: <http://journals.openedition.org/espacoconomia/15957>.

presentes no planejamento governamental, ou seja, independe do contexto político,

pois da centro-direita neoliberal à centro-esquerda neo-desenvolvimentista, o “consenso das commodities” refletiu-se também no consenso da infraestrutura logística: foi mantida e reiterada a lógica de tornar a construção civil um motor central do “desenvolvimento” da economia e a integração do território nacional via eixos/corredores logísticos, um imperativo da dinamização das exportações. O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) também foi chamado a financiar e participar da estrutura dos projetos. De forma geral, a dimensão de desenvolvimento regional ou territorial dos eixos foi se tornando mero aparato retórico para projetos de infraestrutura logística que servem aos interesses das empresas exportadoras de commodities agrominerais. (Aguiar, 2021, p.30).

No que tange a essa participação do BNDES para o financiamento dos projetos de infraestrutura voltados ao agronegócio, é válido lembrar que o banco foi originalmente criado pelo governo federal em 1952 com uma missão bem delineada de impulsionar o desenvolvimento do parque industrial brasileiro. Porém, desde 2018, esse banco de fomento vem financiando mais o agronegócio do que o setor industrial, conforme os dados da figura a seguir.



**Figura 01** - Recursos do BNDES de acordo com os setores da economia  
 Fontes: BNDES (2021); Ricardo de Menezes Barboza, Maurício Furtado; Humberto Gabrielli (2019); Agência Senado (2022).

Em 2019, o BNDES aplicou R\$ 16 bilhões em projetos do agronegócio, mas para os projetos da indústria o investimento foi de R\$ 9 bilhões. Esses dados evidenciam

uma mudança substancial nos setores financiados pelo banco, porque em 2009 os montantes haviam sido de R\$ 7 bilhões e R\$ 63,5 bilhões, respectivamente. Cabe salientar que nos primeiros 40 anos de existência, o BNDES praticamente não financiou negócios rurais. (Westin, 2021).

Essa tendência de favorecimento do agronegócio a partir do fomento do BNDES é um resultado nítido da força política exercida por esse segmento na composição do Congresso Nacional. O processo de reprimarização da economia foi intensificado, e o Brasil tem enfrentado uma desindustrialização, com uma redução significativa da participação do setor industrial no Produto Interno Bruto (PIB) e na geração de empregos, além do fechamento de indústrias.

Os apontamentos realizados anteriormente deixaram evidente a justaposição entre o “Consenso das *Commodities*” e o “Consenso da Logística”, no entanto ainda é importante acrescentar outros elementos a essa compreensão. Embora tenham sido apresentados mínimos avanços obtidos no âmbito da insegurança alimentar e nutricional por meio da criação de algumas políticas públicas, a fome ainda persistia de forma assustadora para milhões de brasileiros e brasileiras. Porém, o problema da fome é intencional e decorrente da (in)ação do Estado.

Assim como a prioridade tem sido a produção de *commodities* no lugar de comida, e toda a infraestrutura tem atendido preferencialmente a esse setor, também é nítido que a construção de políticas públicas de Estado que tenham como centralidade a soberania alimentar sempre foi adiada. Como já foi salientado, a ascensão de um governo progressista não foi eficiente para romper a estrutura de classes que compõe o Estado.

Na primeira década dos anos 2000, iniciou-se um novo ciclo de *boom* nas *commodities* agrícolas puxado pela demanda chinesa e pela promoção de biocombustíveis, seja de cana-de-açúcar no Brasil ou de milho nos Estados Unidos. Nesse contexto, as políticas de segurança alimentar e de fortalecimento da agricultura familiar conviviam com a celebração dos agronegócios brasileiros como celeiro do mundo e promessa de desenvolvimento energético verde. (Wilkinson, 2023). Ou seja, o incentivo estatal ao avanço do agronegócio e a consolidação do Brasil como exportador de matérias-primas sempre foram uma prioridade independente da conjuntura política.

Portanto, políticas públicas de segurança alimentar e nutricional foram cruciais ao longo dos últimos anos, mas ainda são insuficientes para romper com a hegemonia das corporações de *commodities* (Carvalho; Oliveira, 2021), vide o desmonte das políticas públicas sociais de combate à fome entre 2019 e 2022. Se a prioridade é a manutenção do país como líder mundial no mercado de *commodities*, a produção de alimentos saudáveis e a agricultura camponesa são excluídas da agenda de políticas públicas estatais ou recebem menores incentivos governamentais.

As transformações agrárias no Brasil nas últimas quatro décadas consolidaram o complexo soja-carne, mas também fragilizaram as estruturas do

abastecimento alimentar no país bem como a qualidade dos alimentos que chegam à mesa dos brasileiros. Isso significa que está em curso uma transformação gradual na forma como se dá a produção e a comercialização do que comemos (Aguiar, 2021), e deixa evidente a correlação entre *commodities*, redução da diversidade de alimentos disponíveis e a Insegurança Alimentar e Nutricional da população.

Em análise crítica à falsa ideia de que a economia nacional é sustentada pelo Agro, Mitidiero Junior e Goldfarb (2021) são enfáticos ao afirmar que o agro – denominação criada para intitular esse setor da economia – não é *tech*, não é *pop* e muito menos tudo, referindo-se à expressão “Agro é *tech*, agro é *pop*, agro é tudo” amplamente propagada na mídia pelo agronegócio.

Os autores alertam que o Agro utiliza diversas estratégias para construir um consenso na sociedade brasileira de que se trata de um setor dinâmico, moderno e fundamental para a economia do país. Mas, na verdade, esse é o setor que mais recebe benefícios estatais em forma de créditos, incentivos, isenções tributárias e até perdões de dívidas. E nessa conjuntura,

No “tudo” que o Agro invoca para si entra a fome, com isso, o Agro é, também, fome. O Agro molda, defende e planeja uma estrutura político-econômica de produção de alimentos que desagua no aumento da fome. Por isso, a insegurança alimentar no Brasil não é uma consequência inesperada de uma pandemia ou uma falha do sistema econômico, mas, sim, projeto. (Mitidiero Junior; Goldfarb, 2021, p. 33)

O uso recorrente de palavras como “agronegócio” e “*commodities*” em nosso vocabulário sinaliza a “consolidação de um **processo de transformação paulatina na forma como se dá a produção e comercialização do que comemos**”. (Aguiar, Porto, 2021, p.14, grifo dos autores). Os autores analisam os caminhos da insegurança alimentar no Brasil e argumentam que “trata-se cada vez menos de uma **agricultura** de alimentos saudáveis e diversos”, produzidos por meio de saberes tradicionais, valorizando a agrobiodiversidade e comercializados local ou regionalmente, o que proporcionava vínculo e reconhecimento entre quem produz e quem consome.

O que prevalece hoje é “cada vez mais o **agronegócio** que produz *commodities* agroalimentares padronizadas”, que atendem às exigências dos mercados globais altamente financeirizados e destinam-se à indústria de produtos alimentícios. Esse modelo impõe à população urbana, concentrada em grandes cidades e com baixa disponibilidade de renda, uma mudança significativa no padrão alimentar, marcada por um maior consumo de ultraprocessados e pelo aumento de doenças crônicas associadas à má alimentação. (Aguiar, Porto, 2021, p. 14, grifo da autora)

Campello *et al.* (2022) corroboram essa análise ao constatar que o ritmo de crescimento da produção agrícola superou o crescimento populacional de 404% entre 1940 e 2017, o que, em tese, garantiria a oferta de alimentos para toda a

população brasileira. Entretanto, trata-se de um modelo voltado à exportação e à produção de ração animal. Portanto, o boom das *commodities* não resultou na redução da fome. Para os autores, esse cenário atualiza o dilema que Josué de Castro apontou nos anos 1940, pois no lugar da histórica escolha entre “pão ou aço”, questionaríamos se a prioridade é “pão ou soja”, ou até mesmo “pão ou commodity”.

E essa noção equivocada acerca de quem efetivamente produz comida no Brasil ajuda a sustentar o Consenso da Fome, que se expressa territorialmente a partir dos investimentos em infraestrutura – rodovias, ferrovias e portos – para viabilizar o escoamento de *commodities* (Aguiar, 2021) e a ausência de infraestrutura para fortalecer os circuitos curtos de comercialização, o que reforça a hegemonia das grandes redes varejistas na distribuição dos alimentos.

Enquanto parte expressiva da sociedade defende o Agro como a “indústria riqueza do Brasil”, a agricultura camponesa continua invisibilizada, enfrentando dificuldades para garantir a comercialização da sua produção e, por sua vez, a permanência no campo, ao passo em que, no contexto urbano, a insegurança alimentar e nutricional se mantém como risco permanente.

### A fome como permanência ou sobre como se estrutura um consenso

A análise aprofundada (e contra hegemônica) da produção de alimentos no Brasil e os seus principais personagens é essencial para desmistificar a centralidade e o protagonismo do Agro como responsável pela alimentação do povo brasileiro. É importante insistir na divulgação de pesquisas que desvelem o tamanho do Agro e o seu real significado para a economia. Não se trata tão somente de acrescentar valor à produção do setor agrícola, assim como não é suficiente que o setor pague mais impostos ou produza internamente seus insumos tecnológicos para resolver todos os problemas. Trata-se de buscar um desenvolvimento diferente, uma agricultura alternativa, ou seja, uma forma distinta de produzir e distribuir. (Mitidiero Junior; Goldfarb, 2021).

O estudo realizado por Santos *et al.* (2022) apresenta alguns pontos cruciais para essa discussão ao abordar a temática da financeirização da agricultura e da terra no Brasil, destacando os efeitos da aproximação entre o mercado financeiro e o agronegócio, tais como: aumento da fome e da insegurança alimentar e nutricional, maior liberação de agrotóxicos e intensificação do desmatamento no país.

Com o processo de financeirização da agricultura tem ocorrido uma ênfase cada vez maior na produção de *commodities* para o mercado internacional, que influencia a produção de alimentos para o mercado interno, ou seja, tem implicações diretas para o abastecimento e o consumo alimentar. A expansão das práticas financeiras possui três consequências: 1) acentua a desigualdade de poder e renda entre os atores envolvidos; 2) aumenta a vulnerabilidade econômica e ecológica

(superexploração dos recursos naturais) nos sistemas agroalimentares; e 3) impede e atenua as demandas coletivas de mudança e resistência (Santos *et al.*, 2022).

A expansão das áreas de monocultivos desde a revolução verde acentuou a desigualdade fundiária no país e reforçou o lugar do Brasil como exportador de commodities agrícolas no sistema alimentar global. Para Aguiar (2021), essa realidade transformou o Brasil em potencial “fábrica de vírus”, sobretudo devido à sistemática destruição dos ecossistemas e à conseqüente erosão da biodiversidade, a fim de expandir as fronteiras e incorporar novas áreas para pastagens e monocultivos.

Outro ponto importante dessa análise é que a elevação do preço das terras no Brasil está associada a essa dinâmica de financeirização das commodities agrícolas,

pois pressiona, voluntária ou involuntariamente, para que agricultores familiares e proprietários menos capitalizados vendam ou arrendem suas áreas. Nesse caso, há uma interferência sobre a produção, a distribuição e o consumo de alimentos em nível micro, haja vista o papel que estes atores possuem no abastecimento local e regional. Isto porque, quando é um investidor estrangeiro que adquire certa área, há casos em que a produção é destinada a atender a demanda alimentar no país de origem da mesma. (Santos *et al.*, 2022, p. 40).

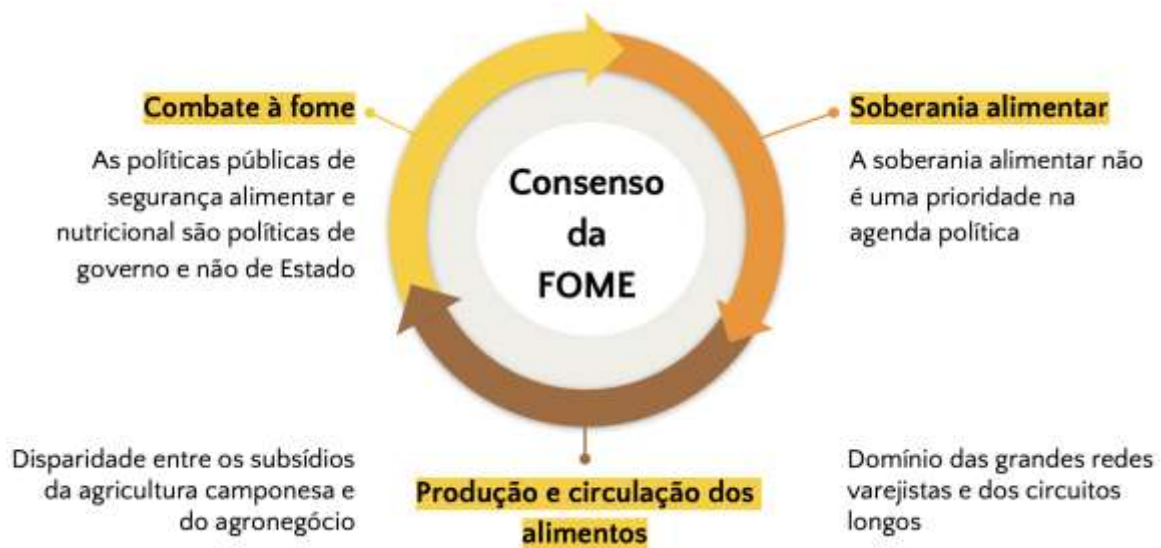
A partir dessa compreensão, nota-se que o aumento da especulação financeira representa um novo mecanismo de concentração de terras e de vulnerabilidade diante do avanço da crise climática. Tal processo resulta na perda de autonomia dos agricultores camponeses no âmbito da produção de alimentos, o que leva ao aumento da fome.

Santos *et al.* (2022, p.43) salientam que a terra e a produção alimentar são bens vitais para a produção e a reprodução da vida humana e animal, da biodiversidade e do equilíbrio ecológico e que, portanto, “não podem ficar submetidos a uma estratégia de ganho especulativo voltado ao benefício dos acionistas desses fundos e empresas que “negociam” terras e produção agroalimentar”.

Diante dessas evidências, a constatação de que o Brasil também não possuía uma Política Nacional de Abastecimento Alimentar não era uma surpresa, mesmo que uma proposta tenha sido formulada pelo Consea com intensa participação social de 2003 a 2019 quando foi extinto (Maluf, 2020). Se nada foi feito no governo de Jair Bolsonaro, também é importante considerar que durante os governos Lula e Dilma, entre 2003 e 2016, essa política de Estado não foi consolidada. Somente no final de 2023, no terceiro mandato do governo Lula, que foi lançado o Decreto nº 11.820, de 12 de dezembro de 2023, que instituiu a Política Nacional de Abastecimento Alimentar – PNAAB e dispõe sobre o Plano Nacional de Abastecimento Alimentar, que se torna prioritário na agenda política.

Os Consensos das *Commodities* e da Logística operam beneficiando particularmente as corporações de *commodities* e os impérios alimentares. Entretanto, as consequências são compartilhadas pelo conjunto da sociedade brasileira, e a sua expressão mais perversa foi o aumento substancial da fome desde a publicação da PNAD 2017-2018.

Com base nesses apontamentos, apresenta-se a tese de que existe o Consenso da Fome no Brasil, representado no esquema a seguir (figura 02).



**Figura 02** – O Consenso da Fome  
Elaboração: Autores (2020)

Conforme o esquema apresentado acerca d'O Consenso da Fome, há uma tríade estabelecida composta pelas dimensões a seguir: i) combate à fome; ii) produção e circulação de alimentos; e iii) soberania alimentar. Apesar da existência de uma trajetória relativamente consistente de políticas públicas elaboradas para o combate à fome não é possível observar ações estruturais que resultem na construção da soberania alimentar no campo e na cidade, principalmente pela manutenção da concentração fundiária. Os dados do Censo Agropecuário do IBGE em 2017, demonstraram que o total de estabelecimentos agropecuários do país corresponde a 5.073.324. Deste total, a agricultura familiar [camponesa] corresponde a 3.897.408 estabelecimentos, o que equivale a 76,8% do total, mas a área ocupada não ultrapassa 23,0%. Mesmo com área territorial reduzida, a agricultura familiar era responsável pela ocupação de 66,3% de trabalhadores em atividades agropecuárias em 2017 (IBGE, 2019).

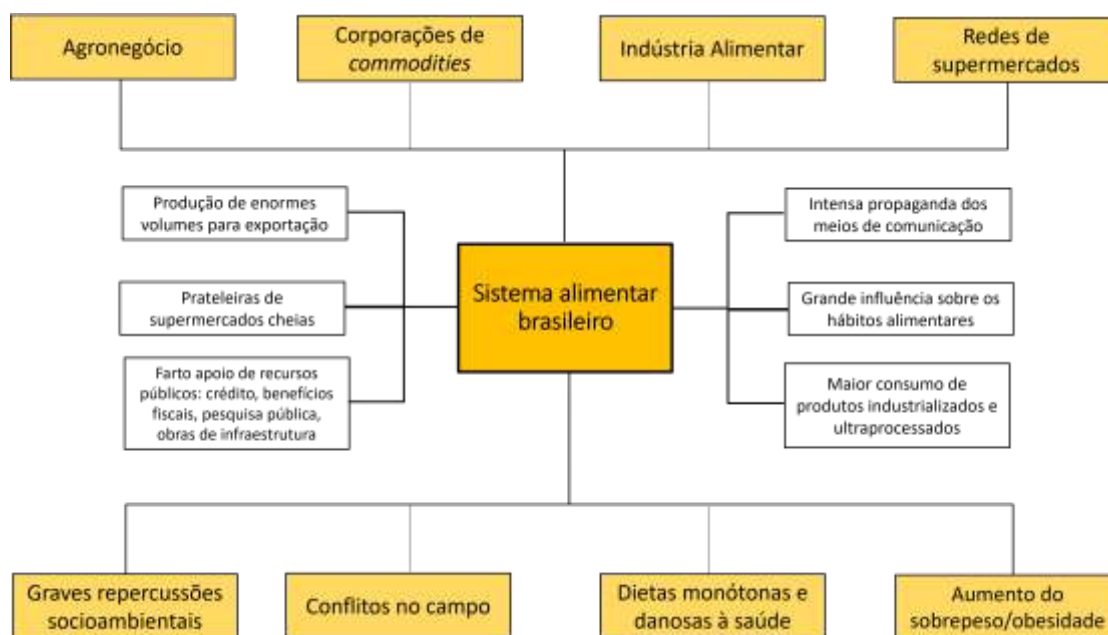
Tal conjuntura circunscreve os programas e políticas às oscilações das composições de poder que ocupam o Estado, podendo resultar em rupturas institucionais, como ocorrido com o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) que

foi profundamente fragilizado entre 2019 e 2022, revelando a vulnerabilidade das políticas de governo e a urgência de se pensar em políticas permanentes de Estado.

No âmbito da produção e da circulação de alimentos, a disparidade entre os incentivos da agricultura camponesa e do agronegócio é elucidativa do papel que o Brasil ocupa no comércio internacional como um grande fornecedor de *commodities*. Por outro lado, as corporações também são hegemônicas nesse sistema alimentar, contribuindo para a transformações dos hábitos alimentares e o aumento do consumo de produtos industrializados e ultraprocessados.

Adicionalmente, grandes redes varejistas controlam a comercialização dos alimentos por meio dos circuitos longos sustentando o Consenso da Fome. O enfrentamento desse sistema hegemônico requer a formulação de políticas públicas que tenham a soberania alimentar como centralidade, com o reconhecimento social da agricultura camponesa – um segmento historicamente invisibilizado. Para isso, é necessário pautar o resgate dos saberes tradicionais e a valorização da produção local de alimentos, voltada para o abastecimento de áreas urbanas contíguas, pois a aproximação entre quem produz e quem consome é uma estratégia importante para promover a equidade no acesso a alimentos saudáveis e pode viabilizar a construção de um sistema alimentar mais justo e inclusivo.

Maluf (2020) faz um apontamento relevante à compreensão comum de que o conjunto formado pelo agronegócio, pelas grandes agroindústrias e pela indústria alimentar é muito produtivo e eficiente, capaz de produzir grandes volumes para exportação ao mesmo tempo em que mantém as prateleiras dos supermercados sempre cheias. As consequências desastrosas causadas por esse conjunto de atores hegemônicos do sistema alimentar vigente, podem ser vistas no esquema da figura 03. Destacam-se as graves repercussões socioambientais do modelo agropecuário, os conflitos sempre frequentes no campo, a prevalência de dietas monótonas e danosas à saúde humana e o crescimento do sobrepeso e obesidade. Portanto, a sua alegada eficiência e competitividade privada dependem, na verdade, de intensos subsídios públicos – como crédito barato nem sempre pago, benefícios fiscais, amplo aparato de pesquisa igualmente pública (EMBRAPA e congêneres estaduais) e obras de infraestrutura. (Maluf, 2020).



**Figura 03** - Caracterização do sistema alimentar brasileiro  
 Fonte: Maluf (2020). Elaboração: Autores (2023).

Enquanto a base do sistema alimentar for essa composição de atores hegemônicos, que prioriza a lucratividade privada em detrimento de seus efeitos socioambientais e da soberania e segurança alimentar e nutricional da população, com forte dependência de recursos do Estado, vai imperar o Consenso da Fome, sobretudo no contexto dos eventos climáticos extremos como secas prolongadas e chuvas intensas, que afetam profundamente a produção de alimentos.

A persistência da fome é uma consequência da transformação dos alimentos em mercadorias, que, por sua vez, resulta em uma distribuição desigual dos gêneros agrícolas nas diversas escalas do mercado de alimentos. (Coca, 2016).

O relatório da Oxfam publicado em 2018 intitulado “Hora de Mudar”<sup>3</sup> alerta que a desigualdade é intrínseca ao setor agroalimentar, porque no topo estão os grandes supermercados e gigantes da indústria que dominam os mercados globais de alimentos, explorando pequenos agricultores e trabalhadores que estão na parte inferior e perdem constantemente seu poder negociação enquanto fornecedores de alimentos.

Ou seja, o relatório evidencia mais um pilar que sustenta o Consenso da Fome, ao destacar o poder cada vez maior dos supermercados e o aumento das desigualdades no fornecimento alimentar, o que reverbera no aumento da fome e da pobreza, atingindo principalmente os agricultores e trabalhadores.

<sup>3</sup> Este relatório marcou o lançamento da campanha da Oxfam para denunciar as causas profundas do sofrimento humano nas cadeias de fornecimento alimentar e mobilizar a força das pessoas em todo o mundo para ajudar a acabar com ele, começando com um foco no papel dos supermercados. Para mais informações sobre o tema, acesse: <<https://www.oxfam.org.br/justica-rural-e-desenvolvimento/por-tras-do-preco/hora-de-mudar/>>.

Cabe salientar que os supermercados são os agentes de desequilíbrio nas redes agroalimentares, porque possuem maior poder de barganha na disputa das margens de lucro com agricultores e pequenas indústrias alimentícias. Assim, um pequeno grupo de empresas do setor de varejo controla a comercialização de uma parcela importante dos alimentos adquiridos pela população. Essa concentração do varejo juntamente com a ingerência do Estado em relação às políticas de abastecimento contribuiu para a formação de vazios de distribuição e de desertos e pântanos alimentares. (Bezerra, 2020).

A discussão sobre o sistema também inclui o ambiente alimentar, caracterizado por ser um conjunto de aspectos físicos, econômicos, políticos e socioculturais, que se desdobra no ambiente alimentar comunitário quando se considera os tipos de estabelecimentos que comercializam os alimentos, onde eles estão localizados e a acessibilidade aos gêneros alimentícios. Considerando esses conceitos, os estudos revelaram que as vizinhanças que são mais vulneráveis socialmente possuem menor acesso aos alimentos saudáveis (*in natura* e minimamente processados) e maior acesso aos alimentos não saudáveis. É nesse cenário que as metáforas “desertos alimentares” (do inglês *food desert*) e “pântanos alimentares” (inglês *food swamp*), ganharam relevância. (Honório *et al.*, 2022, p.37).

De acordo com Honório *et al.* (2022), os desertos alimentares são definidos como vizinhanças socialmente vulneráveis com pouco ou nenhum acesso aos alimentos saudáveis, já os pântanos alimentares são vizinhanças onde se encontram mais as opções de alimentos não saudáveis do que as opções saudáveis.

Por conseguinte, mais uma vez fica evidente a desigualdade no acesso aos alimentos de qualidade, uma vez que a territorialização das grandes redes de supermercados é extremamente estratégica. Logo, conforme indicado pela pesquisa realizada por Borges; Cabral-Miranda; Jaime (2018), ser um consumidor consciente e acessar os alimentos sugeridos pelo Guia Alimentar da População Brasileira<sup>4</sup> não é tão simples, diante da grande disponibilidade de produtos ultraprocessados, principalmente em áreas de baixa e média renda.

Ainda é válido acrescentar a essa fundamentação, a contribuição de Niederle (2022) ao propor que o Ministério da Agricultura e Pecuária também faça parte do debate sobre a fome, porque as políticas de incentivo irrestrito às *commodities* de exportação são parte desse grave problema. O autor menciona que representantes desse ministério sugeriram superar a fome a partir da liberalização de mercados, aumento da produção e expansão do crédito agrícola.

---

<sup>4</sup> O Guia Alimentar para a População Brasileira é um conjunto de informações e recomendações sobre alimentação, que tem o objetivo de promover a saúde de pessoas, famílias e comunidades e de toda a sociedade brasileira, hoje e no futuro. As orientações desse guia são destinadas à promoção da saúde e à prevenção de doenças. Para mais detalhes, acesse: BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Guia alimentar para a população brasileira. 2. ed., 1. reimpr. – Brasília: Ministério da Saúde, 2014.

Nesse contexto, “os dados recentes sugerem que a ampliação das exportações e do PIB do agronegócio brasileiro, que bateram recordes durante a pandemia, não repercutiram na redução da fome (podem, na verdade, ter acentuado o problema).”, como pode ser visualizado na figura 4 (Niederle, 2022).



Fonte: II Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil (Vigisan – Rede Penssan, 2022) e CEPEA (2022).

**Figura 04** - Insegurança alimentar versus PIB do Agro  
Organização: NIEDERLE (2022).

Outros elementos importantes para a construção do Consenso da Fome estão subjacentes ao seminário “Geografia da Fome – 75 anos depois: novos e velhos dilemas”, organizado pela Cátedra Josué de Castro de Sistemas Alimentares Saudáveis e Sustentáveis da Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo, em 2021.

A síntese apresentada por Campello *et al.* (2022) é bastante elucidativa ao pontuar quatro importantes alicerces para compreender como o Consenso da Fome vai sendo construído silenciosamente. O primeiro deles é referente ao papel do Estado, que atua como regulador e ator fundamental para que se possa reverter a fome e a má nutrição no Brasil, a partir da implementação de políticas públicas em diálogo com a sociedade.

Desse modo, é incontestável que a atuação do Estado é decisiva porque a fome é, antes de tudo, um problema político. A população brasileira convive cotidianamente com a fome porque esse é um problema político, econômico e estrutural decorrente da manutenção das relações de produção e da concentração de renda, conforme a análise de Josué de Castro (1984).

Cabe reiterar que a alimentação é um direito constitucional desde 2010, mesmo que seja com um atraso de 22 anos, pois a Constituição Federal de 1988 não assegurava que a alimentação era um direito humano fundamental.

O segundo ponto para compreender esse projeto de manutenção da fome no país é lembrar da influência das desigualdades como causa e efeito de sistemas alimentares não sustentáveis e, por consequência, da fome. Assim, desigualdade, pobreza e fome são conceitos distintos, mas fortemente vinculados, porque o primeiro deles irá determinar as situações de privação e vulnerabilidade. No Brasil, tais fenômenos são produtos de uma das mais extremas concentrações de renda e da terra do mundo. (Campello *et al.*, 2022)

Essa constatação ficou ainda mais evidente no contexto de crise econômica, pois as disparidades socioeconômicas, sociodemográficas, de raça e gênero exercem uma grande influência na capacidade das pessoas de obterem alimentos em quantidade suficiente e de qualidade adequada. A escassez de recursos financeiros e a desigualdade na distribuição de renda são fatores decisivos que contribuem para o agravamento da fome e da desnutrição.

Quanto ao terceiro aspecto, a fome é persistente porque “a expansão da produção e a modernização da agricultura se deu mantendo e aprofundando a concentração fundiária, com perda de biodiversidade e geração de crise climática e sem compromisso com a produção de comida para o povo.” (Campello *et al.*, 2022, p.4). A prioridade é a produção de *commodities*, que reverbera em aumento das áreas de plantio de monoculturas para atender ao mercado externo ao passo em que ocorre uma redução do plantio de alimentos que compõem a cesta básica brasileira.

Nessa perspectiva, reitera-se que um fator preponderante para a compreensão da tese de que existe um Consenso da Fome é a manutenção do sistema alimentar vigente pautado na produção de *commodities*, com uso intensivo de agrotóxicos, que levaram a uma degradação ambiental sem precedentes e na perpetuação da fome, que se apresenta ciclicamente para o conjunto da sociedade brasileira.

Além disso, os autores também apresentam como unanimidade o quarto consenso de que a fome é um projeto político-ideológico em um Brasil de abundâncias, o que, por sua vez, sintetiza os pontos elencados até o momento, pois

enquanto houver incentivo à produção de *commodities* sem atenção a políticas que de fato se ocupem de alimentar com qualidade a população brasileira, colheitas recordes significarão pouco na agenda de combate à fome. Contraditoriamente, a abundância será a causa mesma da penúria, e porque não lembrar também do desmatamento e da perda de biodiversidade. (Campello *et al.*, 2022, p.5)

A partir desses apontamentos, nota-se que a base da sociedade brasileira é a desigualdade. As contribuições teóricas de Smith (1988) são

indispensáveis a essa análise ao propor o conceito de desenvolvimento desigual, como pressuposto de que é intrínseco ao sistema capitalista, e se configura como a expressão geográfica sistemática das contradições inerentes à própria construção e estrutura do capital.

No caso brasileiro, as desigualdades estão presentes em todas as escalas geográficas como um resultado das relações de poder e da manutenção de um Estado que está a serviço do processo de acumulação do capital. Ou seja, o desenvolvimento desigual é, em sua essência, fomentado pelo Estado, o que reverberou em uma completa agudização dos problemas sociais.

Não há como garantir a segurança alimentar e nutricional da população sem democratizar o acesso à terra, sem combater o desemprego e sem garantir os direitos sociais. Neste sentido, o caminho de implantação de sistemas nacionais parece mais promissor, como nas políticas nacionais de saúde e de assistência social. (Aranha, 2010, p.93)

Adotando como referência as contribuições de Oliveira (2003), entende-se que ao analisar as condições de vida na sociedade brasileira é preciso considerar que existem problemas que atravessaram gerações e são persistentes. Seguindo essa linha de raciocínio, a fome ainda resiste no Brasil contemporâneo, porque também é produto do atraso e esse atraso alimenta cruelmente esse problema social, econômico, racial e estrutural ao longo de décadas, com a participação constante do Estado, que sustenta esse modelo de acumulação capitalista.

O Consenso da Fome está ancorado nas crescentes demandas da acumulação do capital, resultando em exclusão social e na perpetuação das desigualdades e das iniquidades, que se traduzem em aumento da pobreza e da fome.

## Por que sobra tanta falta? A permanência da fome em um país de abundância

Em um país como o Brasil, que é capaz de produzir abundância, o que se produz para a grande maioria da população é a escassez. Essa é uma realidade paradoxal, porque o país se tornou um dos maiores produtores de *commodities* do mundo, mas a sua população convive diariamente com a falta de acesso regular aos alimentos, porque os recordes registrados são referentes à produção de grãos, e não de alimentos que abastecem o mercado interno.

A prevalência da fome traz à tona que Carolina Maria de Jesus ainda está presente na sociedade brasileira, porque a fome tem cor, gênero e classe social. Na obra “Quarto de Despejo: diário de uma favelada”, os relatos sensíveis e autênticos de Carolina retrataram a miséria, a pobreza extrema e a fome na favela do Canindé, em São Paulo, no contexto do final dos anos 1950.

O diário escrito por Carolina revelou todas as dificuldades enfrentadas pelos moradores da favela, como falta de saneamento básico, habitações precárias e

insalubres, violência, criminalidade e ausência de políticas públicas sociais. As graves desigualdades sociais e econômicas denunciadas por Carolina persistem até hoje. Inúmeras mães continuam lutando diariamente para conseguir alimentar os seus filhos, resistindo a um cenário de racismo que leva à privação e à fome.

As críticas de Carolina à atuação do poder público e dos políticos no combate à fome também seguem atuais. O seu diário é um manifesto contemporâneo da necessidade de ação do Estado para combater a pobreza e a fome. Depois de seis décadas, o Brasil ainda enfrenta os mesmos problemas sociais e raciais. As cenas do cotidiano de quem convive com a fome narradas por Carolina Maria de Jesus no final dos anos 1960 – “Fui no Frigorífico, ganhei uns ossos. Estou indisposta... Catei uns tomates.” (Jesus, 2020, p.86) – foram noticiadas por inúmeras reportagens em 2021.

Se a fome ainda resiste, torna-se imperativo adotar uma abordagem integrada e multidisciplinar para enfrentá-la. É preciso considerar as diferentes dimensões desse problema, bem como as especificidades de cada segmento da população afetado nas diferentes regiões brasileiras. O retorno da fome é uma advertência histórica de que a intencionalidade política é crucial para garantir o direito humano a alimentação adequada.

Para o enfrentamento do problema da fome, deve-se construir um projeto de país que vai além dos mandatos de governo, porque “de quatro em quatro anos muda-se os políticos e não soluciona a fome” (Jesus, 2020, p.43). É importante priorizar a reconstrução de políticas públicas para o fortalecimento da agricultura camponesa e a defesa de seus territórios, a retomada de políticas de inclusão social, racial e econômica e, principalmente, a transformação do sistema alimentar vigente, buscando garantir a soberania dos povos, e a conquista do DHAA.

A dinâmica do sistema alimentar hegemônico, dominando pelas cadeias longas de comercialização, apresenta uma complexa e extensa rede de intermediários, que promoveu um distanciamento cada vez maior entre produtores e consumidores, com uma interação quase inexistente, porque os alimentos viraram mercadorias, ou seja, produtos de uma indústria ou de um supermercado (Schneider; Gazolla, 2017).

Nesse sentido, “a compra em circuitos curtos é uma forma de fugir da padronização imposta pelo sistema agroalimentar industrial que uniformiza modos de vida e direciona o consumo.”. E essa forma de comercialização pode apresentar diferentes formatos, seja a partir das feiras do produtor, entrega de cestas, venda na propriedade ligada ao agroturismo, pequenas lojas de produtores, dentre outras formas de venda direta. (Darolt *et al.*, 2016, p.16).

Além da necessidade de aproximar agricultores e consumidores por meio dos circuitos curtos, o combate à fome requer a disponibilidade de alimentos adequados e saudáveis, enfrentando simultaneamente as diversas manifestações de desigualdade e os efeitos das mudanças climáticas nos sistemas alimentares.

A priori, em um país como o Brasil, que possui condições de produzir alimentos saudáveis em quantidades que conseguem suprir a demanda da população, é urgente reivindicar as condições de reprodução da vida, basta lembrar

dessa indagação: “E haverá espetáculo mais lindo do que ter o que comer?”. (JESUS, 2020, p. 47).

## Conclusões

O retorno de políticas públicas nacionais que garantem o direito humano à alimentação adequada e saudável é o ponto de partida para a redução da insegurança alimentar e nutricional, a exemplo do que aconteceu após a implementação do PAA e o fortalecimento do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), que permitiu a saída do Brasil do Mapa da Fome em 2014 e novamente em 2025. Porém, o caminho efetivo para erradicar a fome e a má nutrição é por meio da soberania alimentar, capaz de garantir a segurança alimentar e nutricional duradoura.

Para enfrentar o Consenso da Fome é fundamental romper com a agenda neoliberal, uma vez que a erradicação da fome demanda a recuperação da capacidade estatal de agir para a mitigação das desigualdades socioeconômicas.

De forma geral, sabe-se que a realização da Reforma Agrária é um dos pilares da Soberania Alimentar, mas a conjuntura social e política do Brasil não favorece a efetivação de mudanças profundas na estrutura fundiária do país. Com isso, os elementos que caracterizam a segurança alimentar e nutricional possibilitam somente o enfrentamento do problema da fome de forma mais imediata.

Dentre outros elementos fundantes, é preciso viabilizar o fortalecimento da agricultura de base familiar, incentivar a adoção de práticas agroecológicas, promover a participação social na construção de políticas públicas sobre alimentação e a nutrição, garantir o acesso à terra e à água para a produção de alimentos. Igualmente importante é valorizar o consumo de alimentos regionais, resgatar práticas culturais alimentares, reduzir o consumo de ultraprocessados e combater o desperdício de alimentos.

A conquista do DHAA, garantindo uma condição permanente de acesso regular a alimentos em quantidade e qualidade adequadas a todos, exige a elaboração de um projeto nacional que tenha a soberania alimentar como centralidade, permitindo uma transformação da estrutura fundiária e do sistema alimentar predominante, de modo a assegurar a autonomia da agricultura camponesa nos processos de produção, distribuição e consumo de alimentos mesmo em um contexto de mudanças climáticas.

Portanto, é urgente pautar a correlação entre a alimentação saudável e adequada à preservação dos recursos naturais. A ascensão e consolidação dos supermercados como lugar preferencial de compras no dia a dia das pessoas impulsionou o consumo cada vez maior de produtos industrializados em detrimento de alimentos frescos e sem veneno.

Com isso, o sistema alimentar hegemônico é ancorado na padronização alimentar e consumo de industrializados e ultraprocessados, na concentração de

capital em grandes redes e na subordinação dos agricultores. Esse modelo reduz a disponibilidade de produtos regionais e sazonais, e reforça a importância de se problematizar as consequências desastrosas desse modelo hegemônico e a necessidade de se pensar em alternativas para produção, circulação, distribuição e consumo a partir de políticas públicas.

A supremacia do sistema alimentar hegemônico é sustentada por uma sólida aliança e dependência mútua entre o agronegócio, a indústria alimentar e os supermercados. Portanto, uma ação contra hegemônica deve ter como ponto de partida a renovação da etapa de formulação das políticas públicas, adotando princípios distintos daqueles que historicamente impulsionaram a produção de *commodities*.

Nos últimos anos, a ausência do Estado brasileiro na manutenção de políticas sociais imprescindíveis para a população em uma sociedade tão desigual repercutiu no retorno cruel da fome, fazendo dessa problemática o tema central das ações imediatas do terceiro mandato do presidente Luís Inácio Lula da Silva em janeiro de 2023. Em um país dominado pelo agronegócio, sendo o Estado composto por frações de classe que defendem os interesses desse setor, prevalece o Consenso da Fome. Mas, o governo Lula (2023 – 2026) enfrentou essa mazela social com celeridade e ações combativas, resultando na saída do Mapa da Fome ainda em 2025.

É válido lembrar que atual conjuntura social, política, econômica e ambiental demanda a proposição de intervenções que contemplem a realidade das mudanças climáticas em um país que tem uma população absoluta significativa, uma grande diversidade de povos, comunidades tradicionais e biomas, que já não possuem a integridade e a totalidade de suas áreas de vegetação original, tendo em vista o avanço do agronegócio e da produção de *commodities* e a gradativa erosão da biodiversidade no país.

Esse é, portanto, um elemento central para erradicar a fome, porque pautar a soberania alimentar significa enfrentar a questão agrária, que, por sua vez, significa repensar o modelo de produção dominante no contexto de avanço dos eventos extremos como enchentes e secas prolongadas. É insustentável que no país que lidera a exportação de *commodities* seja também o país em que a fome volte a assolar a população.

Ao reconhecer que a agricultura camponesa desempenha um papel central no abastecimento alimentar doméstico do país, para erradicar a fome é preciso repensar a estrutura do abastecimento alimentar e dos agentes que protagonizam esse sistema, priorizando a produção de alimentos saudáveis que, por sua vez, reverbera na preservação da biodiversidade, por meio de um sistema alimentar mais justo e saudável, priorizando a aproximação entre consumidores e agricultores por meio dos circuitos curtos de comercialização.

Se o abastecimento alimentar fosse uma casa, o seu esteio seria a agricultura camponesa, que promove a soberania e a segurança alimentar e nutricional do país. A fundação dessa casa seria a garantia dos territórios camponeses, reconhecidos e

protegidos conforme a Constituição Federal, assim como o apoio estatal por meio dos subsídios financeiros e das políticas públicas. Dentre os materiais indispensáveis para essa fundação, destaca-se o acesso ao crédito, assistência técnica, autonomia, comercialização da produção e valorização da agricultura camponesa. Essa analogia revela os elementos essenciais para a construção de um sistema alimentar mais justo e sustentável.

Apesar de todas as contradições inerentes ao Estado brasileiro, ainda é fundamental consolidar um conjunto de políticas públicas integradas, que possam ser (re)formuladas mediante o diálogo com a sociedade civil e os movimentos sociais a fim de mitigar a fome e ao mesmo tempo propor um novo cenário para a produção, a circulação e o consumo de alimentos no país tendo como referência a soberania alimentar.

É preciso pensar esse debate pelo viés material. Para erradicar a fome, é necessário forjar o desenvolvimento de políticas públicas emancipatórias com o intuito de promover uma transformação estrutural a longo prazo. Mas, do ponto de vista prático, é válida a implementação de políticas públicas imediatas e eficazes, ainda que sejam de subordinação, porque atacar o problema da fome é uma demanda urgente e vital para a população. Essa é uma questão estratégica, do ponto de vista da ação política a curto prazo, haja vista que a convivência diária com a fome elimina qualquer possibilidade de se priorizar o debate sobre comida saudável.

Nesse contexto, surge um paradoxo inevitável: o consumo de alimentos contaminados por agrotóxicos, a fome, o consumo de produtos industrializados e a obesidade. Esse é um dilema que perpassa o Consenso da Fome, em função desse modelo de agricultura envenenada que está ancorado na estrutura do latifúndio modernizado, atendendo indubitavelmente aos interesses das grandes corporações que atuam à montante (indústrias de sementes, máquinas e agrotóxicos) e à jusante (indústrias de alimentos, agroindústrias e supermercados).

Apesar dessas contradições, destacamos que o incentivo aos circuitos curtos de comercialização – que valorizam os agricultores comprometidos com a produção de alimentos de qualidade – pode delinear um caminho de transição para um sistema alimentar mais equilibrado e saudável, mesmo em um contexto de mudanças climáticas.

É a partir dessa compreensão que será possível ampliar e fortalecer as iniciativas convergentes com um novo sistema alimentar, promovendo hábitos alimentares saudáveis, a aproximação entre agricultores e consumidores e, principalmente, o acesso regular a uma alimentação que garanta a segurança alimentar e nutricional de acordo com as especificidades regionais do país, em consonância com as diretrizes do Guia Alimentar para a População Brasileira.

## Referências

- AGUIAR, D. **Dossiê Crítico da Logística da Soja**: Em defesa de alternativas à cadeia monocultural. Rio de Janeiro: FASE, 2021.
- AGUIAR, D; PORTO, S. I. Os caminhos da insegurança alimentar: transformações agrárias e vulnerabilidade do abastecimento alimentar. In.: AGUIAR, D. **Dossiê Crítico da Logística da Soja**: Em defesa de alternativas à cadeia monocultural. Rio de Janeiro: FASE, 2021.
- ARANHA, A. **Fome Zero**: A Construção de uma Estratégia de Combate à Fome no Brasil. In: ARANHA, A. V. (Org.). *Fome Zero: Uma História Brasileira*. Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Assessoria Fome Zero, v. 1, 2010.
- BEZERRA, J. E. **Geografia, Comércio e Consumo**: os supermercados como tema geográfico. *Espaço & Geografia*, v. 23, n.2, p. 143-161, 2020.
- BORGES, C.A; CABRAL-MIRANDA, W.; JAIME, P.C. Urban Food Sources and the Challenges of Food Availability According to the Brazilian Dietary Guidelines Recommendations. **Sustainability**; 2018. Disponível em: <<https://doi.org/10.3390/su10124643>>. Acesso em 02 jan. 2024.
- CAMPELLO, Tereza *et al.* Novas Geografias: atuais e antigos dilemas da fome. **Segurança Alimentar e Nutricional**, Campinas, v. 29, p. 1-7, e022006, 2022.
- CARVALHO, J. T. de; OLIVEIRA, A. R. de. O agronegócio no Brasil: o discurso da fração de classe reinante. **Revista NERA**, v. 24, n. 58, p. 28-55, mai. - ago., 2021.
- CASTRO, J. de. **Geografia da fome**. 10. ed. Rio de Janeiro, Edições Antares, 1984.
- COCA, E. L. de F. **A soberania alimentar através do Estado e da sociedade civil: o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), no Brasil e a rede Farm to Cafeteria Canada (F2CC), no Canadá**. 2016. 357f. Tese (doutorado) – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Faculdade de Ciências e Tecnologia. Presidente Prudente, 2016.
- DAROLT, M. R. *et al.* Redes alimentares alternativas e novas relações produção-consumo na França e no Brasil. **Ambiente & Sociedade**, v. 19, n. 2, abr.-jun. 2016.
- DIAS, L. C. Redes: Emergência e organização. In: **Geografia: conceitos e temas**. (Orgs.) CASTRO, Iná Elias de. *et al.* (orgs.) Bertrand Brasil. Rio de Janeiro, 2000.
- FAO. **O Estado da Segurança Alimentar e Nutricional no Mundo 2025**: Enfrentando a alta inflação dos preços dos alimentos para garantir a segurança alimentar e a nutrição. Roma: FAO, 2025.

GAZOLLA, M.; SCHNEIDER, S. Cadeias curtas e redes agroalimentares alternativas. In: GAZOLLA, M.; SCHNEIDER, S. (Orgs.). **Cadeias curtas e redes agroalimentares alternativas: negócios e mercados da agricultura familiar**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2017. 520 p.

GOBBI, W. A. de O.; PESSÔA, V. L. S. Pesquisa qualitativa em Geografia: reflexões sobre o trabalho de campo. In: RAMIRES, J. C. de L.; PESSÔA, V. L. S. (Org.). **Geografia e Pesquisa Qualitativa: nas trilhas da investigação**. Uberlândia: Assis, 2009. p.485-508.

HONÓRIO, O. S. et al. Desertos e Pântanos Alimentares. In: MENDES, L. L.; PESSOA, M. C; COSTA, B. V. de Lima. (Orgs.). **Ambiente alimentar: saúde e nutrição**. Rio de Janeiro: Rubio, 2022, 208p.

IBGE. **Censo agropecuário 2017: resultados definitivos**. Rio de Janeiro: IBGE, 2019.

JESUS, C. M. de. **Quarto de despejo: diário de uma favelada**. 1 ed. São Paulo: Ática, 2020. 264p.

MITIDIERO JUNIOR, M. A.; GOLDFARB, Y. **O agro não é tech, o agro não é pop e muito menos tudo**. ABRA (Associação Brasileira de Reforma Agrária); Friedrich Ebert Stiftung, set. 2021. Disponível em: <<https://library.fes.de/pdf-files/bueros/brasilien/18319-20211027.pdf>>. Acesso em 12 out 2023

MALUF, R. S. **Para repensar o modelo agrícola em tempo de crise**. Jornal GGN. 06/04/2020. Disponível em: < <https://outraspalavras.net/outrasmidias/para-repensar-o-modelo-agricola-em-tempo-de-crise/>>. Acesso em: 21 ago 2021.

NIEDERLE, P. A. **O silêncio sepulcral do Ministério da Agricultura e a necropolítica da fome**. Artigo de Opinião. 12 de junho de 2022. Disponível em: <<https://sul21.com.br/opiniao/2022/06/o-silencio-sepulcral-do-ministerio-da-agricultura-e-a-necropolitica-da-fome-por-paulo-niederle/>>. Acesso em 21 nov. 2023.

OLIVEIRA, Francisco de. **Crítica à razão dualista/O ornitorrinco**. São Paulo, Boitempo, 2003. 150 p.

OXFAM. **Hora de Mudar: desigualdade e sofrimento humano nas cadeias de fornecimento dos supermercados**. 2018.29p.

REDE PENSSAN. II VIGISAN - **Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da COVID-19 no Brasil**. São Paulo, SP: Fundação Friedrich Ebert, 2022.

SANTOS, A. B. dos et al. **Financeirização da agricultura e da terra no Brasil: dinâmicas em curso e disputas em jogo**. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2022. Disponível em: [https://br.boell.org/sites/default/files/2022-10/boll\\_financeirizacao\\_agricultura\\_final.pdf](https://br.boell.org/sites/default/files/2022-10/boll_financeirizacao_agricultura_final.pdf). Acesso em: 13 dez. 2024.

SHIVA, V. **Monoculturas da mente: perspectivas da biodiversidade e da biotecnologia**. Tradução: Dinah de Abreu Azevedo. São Paulo: Gaia, 2003.

SMITH, N. **Desenvolvimento desigual**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

SVAMPA, M. Consenso de los commodities, giro ecoterritorial y pensamiento crítico en América Latina. In: **Observatorio Social de América Latina (OSAL)**. Buenos Aires: CLACSO, Año XIII, n° 32, noviembre, 2012.

WESTIN, R. Criado há 70 anos para alavancar indústria, BNDES não tinha o S de social. **Agência Senado**, 03 jun. 2022. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/especiais/arquivo-s/criado-ha-70-anos-para-alavancar-a-industria-bndes-nao-tinha-o-s-de-social>>. Acesso em 30 jan. 2024.

WILKINSON, J. **O mundo dos alimentos em transformação: mesmos pratos, novos ingredientes, processos e atores**. Curitiba: Appris, 2023. 235p.

### Sobre os autores

**Ângela Maria Martins Peixoto** - [orcid.org/0000-0002-2331-3953](https://orcid.org/0000-0002-2331-3953)

Doutora (2024), Mestra (2016) e Licenciada (2013) em Geografia pela Universidade Federal de Goiás. Atuou como professora substituta do Instituto Federal Goiano - Campus Avançado Ipameri (2016-2018). Atualmente é professora da Secretaria de Estado da Educação de Santa Catarina. Tem experiência em pesquisas relacionadas aos seguintes temas: agricultura camponesa, soberania e segurança alimentar e nutricional, políticas públicas e desenvolvimento rural.

**Adriano Rodrigues de Oliveira** - [orcid.org/0000-0001-6477-5364](https://orcid.org/0000-0001-6477-5364)

Doutor (2010), Mestre (2003) e Graduado em Geografia pela Universidade Estadual Paulista (UNESP), Presidente Prudente-SP. Líder do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Trabalho, Território e Políticas Públicas (TRAPPU) na UFG. Estágio sanduíche na Université de Toulouse - Le Mirail (França) entre 2008 e 2009. Capacitação em pesquisa e extensão na Universidad Nacional de Córdoba (UNC-Argentina) entre 2022 e 2023. Assessor Técnico na Superintendência Estadual do Ministério do Desenvolvimento Agrário em Goiás entre Agosto de 2023 e Fevereiro de 2024 e Coordenador de Sistemas Locais de Abastecimento Alimentar da Secretaria de Abastecimento, Cooperativismo e Soberania Alimentar do Ministério de Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar (MDA) em Brasília-DF entre Março e Agosto de 2024. Professor Associado IV da Universidade Federal de Goiás (UFG) desde 2011. Membro titular do Grupo de Trabalho para Cooperação Acadêmica da Aliança Global contra a Fome e a Pobreza, instituído pela Portaria MDS n 1.106, de 6 de agosto de 2025. Orientador de mestrado e doutorado do Programa de Pós-

Graduação em Geografia do Instituto de Estudos Socioambientais da UFG. Experiência em pesquisa e extensão atreladas aos seguintes temas: questão agrária, políticas públicas de desenvolvimento rural, associativismo e cooperativismo, agricultura camponesa, comunidades tradicionais, agroecologia e soberania alimentar.